Por Alayde Sant'Anna (Especial para o Correio)
lalasantanna@gmail.com



A Rosa do Povo: o feminino e a política

Desde menina, estranhava o modelo de feminilidade que me cercava. Não rejeitava minha condição de mulher. Intuía um feminino vasto.

E havia a Bahia. Antes dos livros, as mulheres negras me revelaram outra expressão do feminino. Meu corpo reconheceu primeiro aquilo que depois compreenderia.

Anos mais tarde, encontrei no psicanalista Carl Gustav Jung e nos conceitos de anima e animus uma chave para essa intuição. Jung associou a anima à imagem feminina inconsciente no homem e o animus à imagem masculina inconsciente na mulher. Amplio essa leitura: compreendo-os como princípios arquetípicos da experiência humana.

É desse feminino arquetípico que trato. Não de um atributo biológico ou de uma identidade de gênero. Falo de uma disposição anímica para a relação: sentir o outro, acolher sua alteridade e reconhecer a interdependência da vida coletiva. Uma inteligência sensível, expressa na empatia, na compaixão e no cuidado. Não se opõe à firmeza, à razão ou à autoridade. Confere-lhes sentido humano.

Essa disposição não tem coloração ideológica. Atravessa diferentes correntes de pensamento e projetos políticos do campo democrático. Liberais, conservadores, socialistas ou progressistas podem reconhecer no outro alguém digno de respeito e consideração. A divergência não impede a empatia: integra a experiência democrática. O que se opõe a esse princípio é negar a humanidade do outro, intolerar a diferença e recusar a convivência plural. O feminino oferece às ideologias democráticas uma referência ética comum.



Na administração pública, ocupei espaços de decisão e conheci os mecanismos do poder. Dessa experiência, nasceu uma inquietação: minha questão nunca foi apenas a presença das mulheres na política, mas a ausência do feminino em seu exercício.

Uma política pública não começa com uma decisão administrativa, um orçamento ou uma norma. Começa por enxergar pessoas, reconhecer necessidades e escutar realidades distantes dos centros de decisão.

O princípio feminino também se revela na implementação dessas políticas. É no encontro com a vida concreta que se verifica seu alcance. Uma política de saúde, educação ou proteção social não se realiza pela lei ou por indicadores eficientes. Precisa alcançar as pessoas, compreender suas circunstâncias e respeitar sua dignidade.

Não se trata de substituir a competência técnica pela sensibilidade, nem de atribuir às mulheres uma vocação natural para cuidar. Sem a dimensão humana, a racionalidade administrativa pode produzir políticas formalmente eficientes, mas incapazes de responder à vida real.

Vivemos uma crise não apenas institucional ou ideológica, mas de imaginação ética. Reduzimos o poder à conquista, à disputa por hegemonia e à imposição de vontades. Esquecemos de perguntar a serviço de quem e de quê ele deve ser exercido, que convivência queremos construir e que mundo comum queremos habitar, sem que uns anulem os outros.

Estará aí uma das razões da dificuldade de construir sociedades mais justas?

E de onde viria esse aprendizado? Da educação, entendida não apenas como escola, mas como aquilo que se aprende na vida comum, na escuta de quem sustenta a vida? Como promover essa mudança cultural na política? Seria utópico acreditar que o poder possa aprender a sentir, reconhecer o outro e se responsabilizar pela vida que governa?

Não se trata da maior participação de mulheres na vida pública. Precisamos de homens e mulheres que integrem anima e animus, razão e sensibilidade, autoridade e cuidado, autonomia e responsabilidade pelo mundo comum. Essa integração sustenta a convivência pacífica entre os seres e os povos.

E se o que nos falta for recuperar uma dimensão esquecida da experiência humana? Não para feminilizar o poder, mas para humanizá-lo. Para que reconheça no outro alguém cuja existência importa e se coloque a serviço da vida compartilhada, e não da submissão de uns pelos outros.

O amor é a dimensão mais radical dessa proposta.

Alayde Sant'Anna é procuradora federal aposentada, mestre em direito e Estado e especialista em ciência política